



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2016
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2016
SEI Nº 0003858-80.2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DO TIPO PAINEL DE VÍDEO WALL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

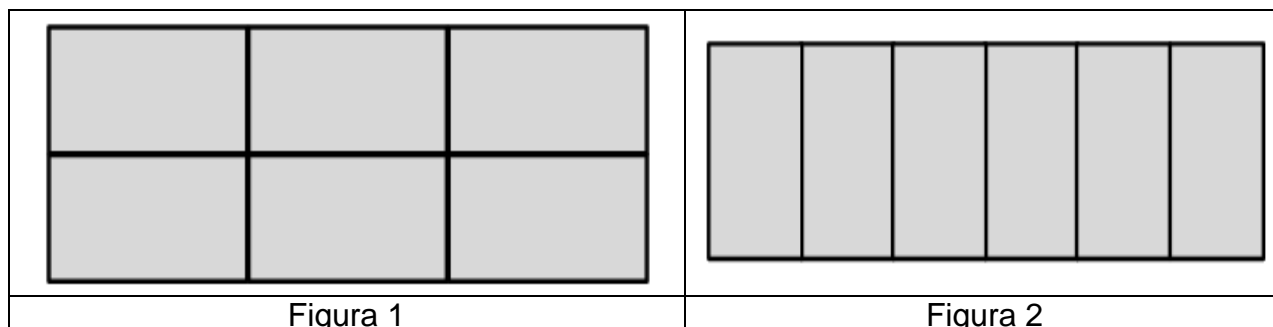
A **UNIÃO**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, com sede a 202 Norte, Conjunto 01, Avenida Teotônio Segurado, Lote 01 e 02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.522.273 - SSP/GO, CPF nº 282.526.081-91, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente CONTRATADA celebram o presente instrumento, com observação ao constante no Processo Eletrônico nº 0003858-80.2016, com fundamento na Lei 8.666/1993 e Pregão Eletrônico nº 71/2016, Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, e demais disposições regulamentares, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento consiste no fornecimento de equipamentos, materiais e instalação de sistema de monitoramento do tipo painel de Vídeo Wall, cuja solução completa deverá ser desenvolvida para operação 24x7, constituída pelo fornecimento, instalação, configuração dos painéis de vídeo nas quantidades especificadas, do

servidor gráfico, do software de gerenciamento e na transferência de conhecimento técnico e operacional da solução.

1.2. O Sistema de visualização deve ser composto por 06 (seis) monitores, dispostos em matriz 6x1 ou 3x2, unidos mecanicamente, constituindo uma única tela lógica com borda ultrafina, conforme figuras 1 e 2 abaixo.



CLÁUSULA SEGUNDA — DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. MONITOR LFD

- 2.1.1. Deve possuir a função Vídeo Wall nativa;
- 2.1.2. Cada monitor deve possuir dimensão mínima de 55 (cinquenta e cinco) polegadas em sua diagonal;
- 2.1.3. A borda entre dois monitores adjacentes quaisquer, medidas de pixel a pixel, deve ser de no máximo 6mm, tanto na horizontal quanto na vertical;
- 2.1.4. Profundidade de no máximo 14cm;
- 2.1.5. Resolução nativa de, no mínimo, Full HD (1920x1080);
- 2.1.6. Taxa de aspecto de 16:9;
- 2.1.7. Taxa de contraste de, no mínimo, 1200:1;
- 2.1.8. Ângulo de visão horizontal e vertical de, no mínimo, 175°;
- 2.1.9. Brilho de, no mínimo, 450 cd/m2;
- 2.1.10. Tempo de resposta de, no máximo, 12ms;
- 2.1.11. Compatível com padrão VESA;
- 2.1.12. Os monitores deverão funcionar instalados na horizontal ou vertical;
- 2.1.13. Sistema de retroiluminação composto por LEDs;
- 2.1.14. Cada monitor deve ter consumo máximo de 300W;
- 2.1.15. Cada monitor deve ter fonte de energia interna;
- 2.1.16. Cada monitor deve possuir, no mínimo, as seguintes entradas:
 - ✓ entrada padrão *HDMI*;
 - ✓ entrada padrão *DVI* ou *DisplayPort*;
 - ✓ entrada de áudio estéreo padrão *mini jack*.
- 2.1.17. Cada monitor deve possuir, no mínimo, as seguintes saídas:
 - ✓ saída de loop-out, *DVI* ou *DisplayPort*.
- 2.1.18. Possibilidade de funcionamento em regime de operação contínuo (24x7);

- 2.1.19. Todos os equipamentos que exigirem tomada devem estar no padrão NBR 14136, sendo permitido adaptadores, e devem vir acompanhados de seus respectivos cabos;
- 2.1.20. Capaz de operar em temperatura ambiente entre 0° e 35° C, e em umidade relativa do ar de 20 a 80%;
- 2.1.21. Cada monitor deverá possuir controle remoto para programação do equipamento, com possibilidade de ligar e desligar o equipamento, ajustes de cor, contraste e brilho. A conexão remota com o computador de controle poderá ser do tipo ethernet com o padrão RJ45 ou serial tipo RS232;
- 2.1.22. Deverá possuir aparelho de controle remoto infravermelho ou similar que permita a algum usuário que dele tenha posse controlar o volume do som, inclusive deixando-o na posição mute, bem como desligar as imagens de todo o painel do vídeo wall.
- 2.1.23. Todos os monitores componentes dos painéis de visualização deverão ser idênticos, e não devem apresentar logomarca visível nas bordas do painel;
- 2.1.24. Monitores com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses.

2.2. CONTROLADOR DE VÍDEO WALL

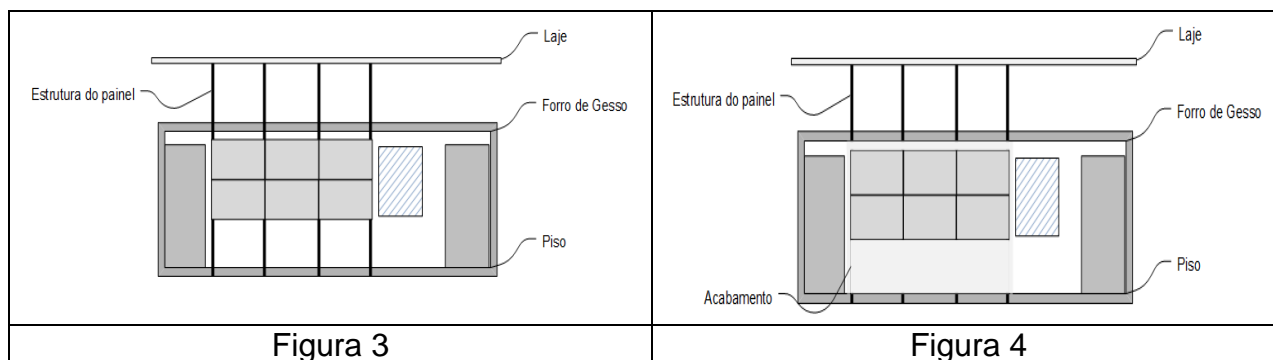
- 2.2.1. O Controlador do painel gráfico deve ser fornecido completo com todos os recursos de hardware, software básicos (sistema operacional) e software gerenciado gráfico, com suas respectivas licenças necessárias para a perfeita operação dos painéis gráficos de visualização;
- 2.2.2. Deverá ter capacidade para decodificar e visualizar no mínimo 4 (quatro) imagens de vídeo streaming com resolução HD (1920x1080) a 30 fps (frames por segundo) por monitor;
- 2.2.3. Compatibilidade com os formatos de vídeo H.264 e MPEG2/4;
- 2.2.4. Compatibilidade com os protocolos de conexão remota VNC e RDP;
- 2.2.5. O controlador gráfico e o software de controle do Vídeo Wall devem ser do mesmo fabricante, ou o software deverá ser instalado exclusivamente em equipamento homologado pelo fabricante do software;
- 2.2.6. O controlador gráfico deve permitir transformar o conjunto de telas numa única tela lógica de alta resolução com no mínimo a resolução total dos monitores;
- 2.2.7. Deve permitir conexão com a rede ethernet 100/1000 Mbps com conector RJ45;
- 2.2.8. Todas as conexões com microcomputadores deverão utilizar protocolo de comunicação TCP/IP, salvo as aplicações com entrada através das placas DVI;
- 2.2.9. Deve permitir a exibição simultânea de múltiplos aplicativos via rede TCP/IP e as entradas em DVI;
- 2.2.10. O hardware deve possuir capacidade de processamento, memória, placas gráficas e discos compatível com a exibição de imagens em tempo real, na resolução nativa, sem atrasos de atualização e exibição e permitir o gerenciamento de múltiplas fontes de informações simultaneamente;
- 2.2.11. Deve ser equipado com placa gráfica de alta performance com saída de vídeo digital e compatível com a resolução total do sistema;
- 2.2.12. O controlador gráfico deverá possuir placa de som para integração de alarmes sonoros;

- 2.2.13. O equipamento de gerenciamento do painel gráfico pode ser composto de módulos, mas deve permitir o controle único do sistema por somente um acesso e/ou controle, se comportando como um único elemento ou sistema;
- 2.2.14. O sistema deve permitir o acesso direto ao hardware do controlador de forma local para gerenciamento (teclado e mouse). O acesso direto ao hardware deve coexistir com a opção de acesso remoto através do software de gerenciamento a ser instalado nas estações de trabalho dos operadores e/ou do administrador do sistema.
- 2.2.15. Deve ser fornecido com o software de gerenciamento de layout (gerenciador gráfico), com as seguintes características:
- ✓ O gerenciador gráfico deve permitir transformar o conjunto de telas numa única tela lógica de alta resolução para a configuração requerida e deve ser capaz de exibir simultaneamente múltiplas aplicações gráficas;
 - ✓ Deve ser possível a visualização simultânea de janelas de aplicativos em tempo real. As janelas de aplicativos deverão ser móveis e de dimensão livre, controladas através do software de gerenciamento do painel gráfico;
 - ✓ O sistema deverá permitir a visualização no painel, de aplicativos gráficos sem conflito de cores entre as aplicações e sem limitação de layouts possíveis, respeitando a resolução de vídeo nativa;
 - ✓ Deve ser capaz de configuração de layout de exibição com definição de posicionamento e dimensão das janelas de aplicativos;
 - ✓ Permitir que o usuário customize por dimensionamento ou recorte da fonte que ele disponibilizará no Vídeo Wall;
 - ✓ Deve permitir que usuários tenham privilégios diferenciados. Isto é, o software de gerenciamento do painel gráfico deverá permitir multiusuários com permissões diferenciadas para cada usuário;
 - ✓ O software de gerenciamento do painel gráfico deverá permitir a criação de biblioteca de layouts personalizáveis que permitam ao operador, conforme suas permissões configuradas, fazer mudanças rápidas e simultâneas de uma ou mais janelas de aplicações visualizadas no painel gráfico;
 - ✓ O sistema fornecido deve permitir a operação remota das aplicações gráficas exibidas no sistema de visualização através das estações de trabalho dos operadores do Centro de Operações. Deverão ser fornecidas, no mínimo 3 licenças necessárias a este tipo de funcionalidade;
 - ✓ O software de gerenciamento do painel gráfico deverá permitir o controle de tamanho e posição das janelas de todas as aplicações visualizadas no painel gráfico;
 - ✓ Os tipos de aplicações mínimas que deverão ser suportadas e controladas pelo software de gerenciamento: Browsers Web (internet & intranet), Imagens de PC em tempo real, Imagens de vídeo tempo real, Imagens de vídeo Streaming (MPEG2, MPEG4...), Cópias de Desktops (VNC ou superior), Desktop Remoto (RDP).
- 2.2.16. Controlador deverá ser projetado e fabricado para operação em regime contínuo, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Deverá incluir todo o hardware, software e os recursos necessários de modo a permitir a visualização e operação do sistema;

- 2.2.17. Deve possuir no mínimo 4 canais distintos de entrada DVI ou DisplayPort;
- 2.2.18. Deve possuir no mínimo 6 canais distintos de saída DVI ou DisplayPort, compatíveis com a entrada dos monitores;
- 2.2.19. Controlador de vídeo wall com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses.

2.3. ESTRUTURA DE INSTALAÇÃO

- 2.3.1. A estrutura de montagem deve permitir que o painel de vídeowall seja montado em parede do tipo drywall, com estrutura fixada no piso e teto, conforme figura 3, opcionalmente, poderá ser instalada estrutura fixada somente no piso ou somente no teto, desde que aprovada previamente pela CONTRATANTE;
- 2.3.2. Deve incluir a base para suportar os monitores que comporão o vídeo wall;
- 2.3.3. Deverá ser fornecido e instalado um par de caixas acústica amplificadas de 5" com no mínimo 40W RMS LF e 20W RMS HF, com cabos para interligação ao controlador, tamanho máximo de 24x19x30. Marca de referência: JBL-LSR305, Yamaha Hs5 ou similar;
- 2.3.4. Na montagem do painel deverão ser incluídos os acabamentos laterais, superiores e inferiores, de forma a não deixar à mostra partes da estrutura, cabos nem as laterais dos monitores, conforme figura 4;
- 2.3.5. Os acabamentos laterais, superiores e inferiores deverão ser de material tipo ACM (Aluminium Composite Material) na cor natural, devendo a cor e acabamento ser aprovado previamente pela CONTRATANTE.
- 2.3.6. A estrutura deverá possibilitar a instalação do Painel no formato 3x2 (monitores na horizontal), composto por 6 monitores, conforme figura 1;
- 2.3.7. A estrutura deverá fornecer dispositivos de travamento, instalado em conformidade com a orientação do fabricante do monitor, formando um único painel (vídeo wall) milimetricamente ajustado, estabilizado e perfeitamente alinhado em cada uma das 3 direções (horizontal, vertical e em profundidade).
- 2.3.8. O painel não poderá avançar mais que 40cm da parede;
- 2.3.9. Possuir no mínimo 2 unidades de calhas de tomadas, contendo cada uma no mínimo 4 tomadas padrão NBR 14136.
- 2.3.10. Estrutura com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses.
- 2.3.11. O vídeo wall deve vir acompanhado de todos os cabos, conexões, adaptadores, braçadeiras, ferramentas ou qualquer outro equipamento ou acessório necessário para a instalação, conexão dos diferentes componentes do vídeo wall e seu perfeito funcionamento, em sua máxima resolução e qualidade;
- 2.3.12. O controlador de vídeo wall será instalado no outro lado da parede que está instalado o painel.



Nota: As figuras aqui descritas são meramente ilustrativas, não dispensando a vistoria do local de instalação.

2.4. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE VÍDEO WALL COM REPASSE TECNOLÓGICO

- 2.4.1. O serviço deverá deixar o vídeo wall instalado física e logicamente, conectado ao controlador de vídeo wall e plenamente operante;
- 2.4.2. O Painel será instalado no formato 3x2 (monitores na horizontal), composto por 6 monitores, formando um único painel milimetricamente ajustado, estabilizado e perfeitamente alinhado em cada uma das 3 direções (horizontal, vertical e em profundidade);
- 2.4.3. Deverá ser realizado os ajustes, calibrações e configurações necessárias para a uniformização das imagens do Vídeo Wall;
- 2.4.4. Deverá reparar forros, pinturas e paredes, cujas avarias tenham sido necessários em razão da execução dos serviços;
- 2.4.5. O painel será instalado na Sala da Secretaria de Tecnologia da informação, na SEDE do TRE-TO.
- 2.4.6. O rack para instalação dos equipamentos será de responsabilidade do Tribunal, será instalado do outro lado da parede a ser instalado o painel;
- 2.4.7. O repasse de conhecimento deverá ser realizado da seguinte forma:
 - ✓ O repasse deverá ser ministrado em, no mínimo, 8 horas, em horário comercial, sendo limitado a quatro horas diárias;
 - ✓ O repasse deverá poder ser ministrado para no mínimo três participantes indicados pelo TRE;
 - ✓ O conteúdo do repasse deverá ser de natureza teórica e prática, e abrangerá todos os componentes de hardware e softwares da solução contratada;
 - ✓ O repasse será realizado na sede do TRE em PALMAS-TO;
 - ✓ O instrutor deverá ser treinado e capacitado nos produtos, serviços e tecnologias objetos desta contratação, e deverá possuir, no mínimo, declaração de experiência profissional, expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a instalação e configuração dos produtos, serviços e tecnologia objetos desta contratação;
 - ✓ A qualidade do repasse será avaliada pelos participantes ao final de sua realização e, caso sua qualidade seja considerada insuficiente, a contratada deverá reformular sua metodologia e providenciar realização de nova turma, até o alcance dos objetivos do repasse, sem ônus adicional para o contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

3.1. A Contratada deverá entregar os equipamentos, objetos deste contrato, no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da assinatura do contrato.

3.2. Os serviços serão realizados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, na Secretaria de Tecnologia da Informação, na Quadra 202 Norte - Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2 CEP: 77.006-214 - Plano Diretor Norte – Palmas/TO.

CLÁUSULA QUARTA — DO ACEITE, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO

4.1. Condições de aceite

- ✓ A verificação técnica e o aceite definitivo dos produtos e serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a entrega de todos os produtos;
- ✓ O aceite definitivo dos produtos será efetuado por comissão especialmente designada, que elaborará relatório para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas e do início da contagem do prazo da manutenção corretiva em garantia.

4.2. Condições de alteração

1. O contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

4.3. Condições de cancelamento

2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:
 - ✓ atraso injustificado na execução dos serviços, bem como sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - ✓ o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE.

4.4. Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução do contrato não seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

4.5. Ao Contratante é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA — DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento dos equipamentos o Contratante pagará à Contratada o valor total fixo e irrevogável de **R\$ 00,00** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme discriminado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Monitor LFD			
2	Controlador de vídeo wall			
3	Estrutura de instalação			
4	Serviço de instalação de vídeo wall com repasse tecnológico			
	Monitor LFD			
TOTAL				

5.2. O preço a que se refere o item anterior desta Cláusula compreende todas as despesas concernentes ao objeto deste Contrato, tais como: transporte, mão-de-obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA — DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento à Contratada será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento definitivo dos equipamentos instalados, da conclusão dos serviços e da apresentação do documento fiscal correspondente.

6.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

6.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

6.4. Para que seja efetuado o pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos

Federais e à Dívida da União fornecida pelo Receita Federal), admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

6.5. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho, sendo que eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução do contrato, terá que haver justificativa formal e apresentada documentação habilitatória correspondente.

6.6. Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos enumerados no item 4.5 desta cláusula, se confirmada sua validade em consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

6.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente qualquer obrigação legal ou contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso no pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativas da Justiça Eleitoral, e alocados no Elementos de Despesa: 3.4.4.9.0.52.35 – Equipamentos e Material Permanente / Equipamentos de Processamentos de Dados; 3.3.3.9.0.30.26 – Material de Consumo / Material Elétrico Eletrônico e 3.3.3.9.0.39.57 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / Serviços Técnicos Profissionais de TI..

CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Por este instrumento a Contratada obriga-se a:

- a) Fornecer os produtos e serviços no prazo e demais condições estipuladas no termo, no edital da licitação e na proposta;
- b) entregar os produtos no prazo máximo estipulado neste termo de Referência;
- c) se constatada qualquer irregularidade nos produtos, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- d) em caso de substituição de produto, conforme previsto na alínea acima, correrão por conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto;
- e) estando em mora o Contratado, o prazo para substituição dos produtos, de que trata a alínea anterior, não interromperá a multa por atraso prevista no instrumento contratual;
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE/TO;
- g) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- h) nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- i) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou

em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- j) responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- k) responsabilizar-se pela manutenção corretiva em garantia, pelo período descrito no Termo de Referência;
- l) respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Por este instrumento, o Contratante obriga-se a:

- a) promover o acompanhamento e a fiscalização dos produtos e serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- b) recusar, a critério da fiscalização, qualquer bem ou serviço fornecido ou executado fora das condições contratuais;
- c) receber os bens e serviços na forma descrita no Termo de Referência;
- d) prestar as informações, recomendações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- e) efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A comissão especialmente designada pela Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à gestão do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

10.2. As relações mantidas entre o TRE/TO e a CONTRATADA, serão intermediadas pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

10.3. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela CONTRATADA, que não atendam às condições contratuais e a especificação técnica, cabendo à CONTRATADA refazer os serviços e/ou produtos rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

10.4. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GARANTIA

11.1. O prazo de garantia dos itens do sistema completo é de 36 (trinta e seis) meses, os quais são contados a partir da data da emissão do Termo de Aceite Parcial.

11.2. O serviço de manutenção do SISTEMA deverá ser prestado em Palmas/TO.

11.3. Durante a vigência da garantia de fábrica, previstos para os equipamentos fornecidos a CONTRATADA prestará os serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus para o Tribunal.

11.4. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os seus manuais e normas técnicas específicas.

11.5. A manutenção corretiva deverá seguir as regras seguintes, referentes ao Chamado Técnico à CONTRATADA.

11.6. O atendimento técnico, referente à manutenção corretiva efetuada pela CONTRATADA, será iniciado a partir da comunicação formal do evento, por parte dos técnicos autorizados, através de telefone, e-mail ou outro meio informado.

11.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar recursos para a abertura de solicitações de suporte técnico, conforme períodos, horários e condições definidas.

11.8. O técnico do Tribunal efetuará a abertura do atendimento técnico somente em dias úteis e no horário das 8h às 18h.

11.9. Entende-se por “abertura do atendimento” a data e hora em que foi feito o acionamento da CONTRATADA, com o correspondente registro.

11.10. Entende-se por “conclusão do atendimento” o pleno restabelecimento da funcionalidade e do desempenho dos equipamentos, incluindo a troca de peças ou componentes e a execução de quaisquer procedimentos corretivos que se façam necessários.

11.11. A conclusão do atendimento será registrada. Essa informação será utilizada para averiguar o cumprimento dos acordos de nível de serviço previstos.

11.12. Se houver a necessidade de desligamento do equipamento para a substituição de peças, este procedimento deverá ser autorizado previamente pelo Gestor do contrato. Neste caso os prazos de atendimento começarão a ser contados a partir dessa nova data e hora acordada.

11.13. Todas as despesas que se fizerem necessárias para o atendimento correrão por conta da CONTRATADA.

11.14. Para fins de cumprimento dos níveis de serviço, os chamados técnicos serão atendidos em até 48 (quarenta e oito) horas após a abertura do atendimento.

11.15. Tempo máximo para a conclusão do atendimento: 72 (setenta e duas) horas após a abertura do atendimento.

11.16. Na eventual substituição de monitores só serão aceitos equipamentos de mesma marca e modelo, e para os demais itens por equipamentos com especificações iguais ou superiores. Todos os equipamentos devem ser novos e de primeiro uso.

11.17. Havendo impossibilidade de substituição de monitor por outro de marca e modelo iguais ao originalmente ofertado, poderá, a critério do Tribunal, ser admitida a substituição por outro de características técnicas similares, sem prejuízo do prazo ali estabelecido.

11.18. Quando houver a necessidade de substituição de peças ou componentes, estas deverão ser novas e originais e da mesma especificação da peça trocada, conferindo-se essa informação através da nota fiscal ou documento equivalente.

11.19. A conclusão de um atendimento requer a concordância, por parte de um técnico designado pelo Tribunal.

11.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico com pessoal habilitado a orientar a prestar suporte técnico.

11.21. Os serviços serão realizados em dias úteis, obedecendo aos níveis mínimos de serviço para atendimento.

11.22. É de responsabilidade da CONTRATADA a retirada, às suas expensas, das dependências o Tribunal, dos equipamentos para manutenção e sua posterior devolução, após a realização dos reparos, sem prejuízo dos prazos.

11.23. A CONTRATADA substituirá definitivamente qualquer componente do objeto por outro de mesmas características técnicas ou superior, novo e de primeiro uso, do mesmo fabricante e em perfeito estado de funcionamento, em caso de ocorrência das situações a seguir:

- ✓ Ocorrência de 04 (quatro) ou mais defeitos que comprometam o uso normal do equipamento, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias consecutivos;
- ✓ Problemas recorrentes sem que seja dada a solução em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura do primeiro chamado.

11.24. A Substituição Definitiva será admitida, após prévia avaliação técnica e autorização do Tribunal, quanto às condições de uso e compatibilidade do componente ofertado em relação àquele a ser substituído.

11.25. Uma vez recebida a comunicação para reparo, a CONTRATADA deverá fornecer ao Tribunal, previamente à retirada dos equipamentos, por meio eletrônico, os dados da pessoa indicada para a tarefa.

- ✓ A retirada dos equipamentos para manutenção está condicionada à apresentação dos dados referidos no item anterior.

11.26. Caso haja necessidade de retirada de equipamentos, peças ou componentes das dependências do Tribunal para manutenção ou substituição, será necessária

autorização de saída emitida pelo controle de Patrimônio, a ser concedida a funcionário da CONTRATADA, formalmente identificado.

11.27. A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada de equipamentos, peças ou componentes, será solicitada respeitando as instruções vigentes.

11.28. A CONTRATADA ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de equipamento, peça ou componente retirado para manutenção, das dependências do Tribunal.

11.29. O Tribunal poderá efetuar a configuração, desconexão e conexão dos equipamentos a outros, bem como adicionar componentes, compatíveis tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia de funcionamento previstas neste Edital, facultado o acompanhamento de tais atividades pela CONTRATADA.

11.30. O Tribunal poderá substituir imediatamente o equipamento que vier a apresentar defeito por um sobressalente e comunicará a CONTRATADA, que deverá retirar o dispositivo defeituoso para realização da manutenção em suas próprias instalações.

11.31. A CONTRATADA apresentará um Relatório de ocorrências, contendo data, hora de chamada, início e término do atendimento, as providências adotadas e toda e qualquer informação pertinente ao chamado (Ex. identificação do módulo defeituoso, o número de série do módulo defeituoso, e o número de série do módulo substituído se for o caso).

11.32. Situações de exceção deverão ser avaliadas caso a caso, pela CONTRATADA, Equipe Técnica do Tribunal e pelo Gestor do Contrato, definindo os procedimentos mais adequados para o seu encaminhamento, levando em consideração a natureza da situação e eventuais consequências que possam surgir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor da ata de registro de preços;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. O atraso injustificado na entrega dos equipamentos sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;

b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,7%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

12.3. Vencido o prazo ajustado sem o cumprimento da obrigação, total ou parcial, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data-limite para fazê-lo. A entrega até a data-limite de que trata este item não isenta a Contratada da multa prevista nesta Cláusula.

12.4. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas no instrumento contratual.

12.5. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.6. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

12.7. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA RESCISÃO

13.1. O Contratante se reserva o direito de rescindir unilateralmente este Contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas nos arts. 77, 78, incisos I a XII e XVII, e 79, inciso I, da Lei 8.666/1993.

13.2. Este instrumento poderá ser rescindido, amigável ou judicialmente, consoante disposto no art. 79, incisos II e III, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo de até quinze dias da assinatura do contrato, garantia de execução do contrato em uma das modalidades previstas no § 1º

do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993, no valor correspondente a 5% do valor do contrato, tendo como beneficiário o CONTRATANTE.

14.2. A garantia deverá ser prestada com validade de 3 (três) meses após o término do período de vigência contratual, sendo liberada ante a comprovação de que os serviços foram executados em conformidade com o pactuado.

14.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusulas específicas com a previsão de cobertura para despesas com obrigações contratuais e multas.

14.4. Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

14.5. Caso a CONTRATADA opte pela modalidade fiança bancária, deverá constar expressamente renúncia, pelo fiador, dos benefícios do Artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

14.6. Aditado o contrato ou alterado o seu valor, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula. Nesses casos, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA VIGÊNCIA

15.1. O presente contrato terá vigência pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA PUBLICAÇÃO

16.1. O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no DOU, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE, SIGILO E RESTRIÇÕES

17.1. Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados, pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto no 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

17.2. A CONTRATADA responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido.

17.3. O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, não devendo este repassar a outros funcionários da CONTRATADA sem prévia autorização do CONTRATANTE.

17.4. A CONTRATADA deverá restituir imediatamente ao CONTRATANTE, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso de perda de quaisquer informações, a CONTRATADA deverá notificar por escrito o CONTRATANTE, imediatamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas, ____ de setembro de 2016.

FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor-Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da contratada

Testemunha

Testemunha